

## POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: pontos de discussão

Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro<sup>1</sup>

A formação de professores no Brasil tem sido uma temática central nas políticas públicas educacionais, pois está intrinsecamente relacionada à melhoria da qualidade da educação socialmente referenciada. A pergunta que nos instiga é: quais políticas têm se mostrado eficazes na formação de professores no Brasil?

Nesse sentido, a análise das políticas de formação docente no país exige um olhar amplo e crítico sobre o tema e seus diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior, com atenção à formação inicial e à continuada. É necessário compreender os condicionantes das escolhas políticas, os interesses públicos e privados que as sustentam e seus impactos na construção de uma educação comprometida com os princípios democráticos e a equidade social.

Há muito a discutir sobre a formação de professores no Brasil. Partindo do pressuposto de que “*o saber docente é um saber plural e estratégico*” e de que “[...] *os professores ocupam uma posição estratégica no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas aos saberes que elas produzem e mobilizam com diversos fins*” (TARDIF, 2010, p. 33), os processos formativos docentes devem ser planejados, formalizados e sistematizados.

Tardif (2010, p. 35) argumenta que todo saber implica um processo de aprendizagem e formação. Quanto mais longo e complexo for esse processo, mais consistente e significativo ele se torna, o que possibilita a construção de espaços reflexivos sobre os contextos do cotidiano escolar e sobre os estudos teóricos pertinentes.

No entanto, para contribuir para uma educação de qualidade, a formação docente deve integrar um processo amplo, sustentado por políticas públicas

---

<sup>1</sup>Doutorado em Educação pela UFSCar-So - Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-So. Vice-Líder do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6003-2907> . E-mail: [elidiaribeiro@ufscar.br](mailto:elidiaribeiro@ufscar.br) .

educacionais a serem desenvolvidas de forma colaborativa entre os entes federados, no âmbito de seus planos educacionais, conforme previsto nos instrumentos legais da educação. Esse processo também exige aprofundamento contínuo, em consonância com as realidades educacionais do país.

De acordo com Saviani (2009), é primordial “eleger a educação como máxima prioridade, definindo-a como o eixo de um projeto de desenvolvimento nacional e, em consequência, carrear para ela todos os recursos disponíveis”. Desse modo, outras questões centrais para o progresso nacional, como saúde, segurança, superação da pobreza e infraestrutura, também tenderiam a receber tratamento mais consistente. Como assinala Saviani (2009), “Infelizmente, porém, as tendências que vêm predominando na educação brasileira caminham na contramão dessa proposta”.

A problemática da formação docente mobilizou pesquisadores do GEPLAGE, Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, a investigar as políticas de formação de professores no Brasil ao longo do ano de 2025.

Foram realizados estudos, pesquisas e debates em torno da temática, os quais resultaram neste dossiê, intitulado Políticas de formação de professores no Brasil: pontos de discussão. Ao reunir trabalhos sobre as políticas de formação de professores em diferentes regiões do país, o dossiê contribui de modo significativo para a análise da produção existente nos últimos cinco anos, com base em publicações de diversos periódicos e em teses e dissertações.

Os artigos do dossiê retomam discussões relevantes apresentadas no VI Colóquio de Políticas e Gestão da Educação, realizado em formato on-line, de 7 a 9 de outubro de 2025, cujo tema central foi “Políticas de Formação de Professores no Brasil”. O evento instigou pesquisadores vinculados ao campo das políticas públicas a apresentar reflexões, questionamentos, lacunas, debates e proposições, com vistas à socialização de concepções sobre a formação docente em diferentes modalidades e perspectivas, em âmbito nacional.

Os estudos apresentados nos levam a compreender que o tema em questão se encontra permeado por contradições, sobretudo no que se refere às legislações promulgadas nos últimos anos. Trata-se, assim, de um campo marcado por debates

e conflitos em torno da formação inicial e continuada, distante de qualquer linearidade ou consonância, uma vez que os aspectos legais implementados têm intensificado alterações nas políticas de formação de professores e modificado currículos e materiais didáticos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Destaca-se a atual Resolução CNE/CEB nº 04/2024 (Brasil, 2024), que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, abrangendo os cursos de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e os cursos de segunda licenciatura. A resolução apresenta um conjunto de orientações centradas em competências e habilidades para a formação docente e constitui continuidade das políticas de formação adotadas nos últimos anos, nas quais permanece um enfoque pragmatista e utilitário, sem articulação entre formação inicial, formação continuada e trabalho docente, além de esvaziado de uma visão crítica de educação e de sociedade.

Percebe-se que pouco se alterou em relação às resoluções anteriores, razão pela qual movimentos e entidades dedicados à formação de professores têm buscado meios para sua revogação. Entre as incongruências e inadequações identificadas em sua implementação, destacam-se a exigência de estágios desde o primeiro semestre letivo nos cursos de licenciatura e a sobreposição de diretrizes, aspectos que tornam ainda mais complexo o trabalho de gestão no que se refere à formação docente nos cursos de licenciatura das universidades.

Rosanelli (2022, p. 29) problematiza a questão ao afirmar que a formação docente deve estar imbricada nas realidades educativas, com especial atenção às condições de trabalho, à remuneração e à carreira docente, bem como a programas que contribuam para a formação inicial e continuada. Tais programas devem favorecer uma relação mais estreita entre a educação básica e as universidades e apontar novos rumos para a consolidação da qualidade nas políticas públicas de formação docente.

Nesse contexto, é preciso ressaltar a importância da efetivação de políticas públicas de formação de professores. A formação docente constitui um dos pilares fundamentais para a garantia da qualidade da educação básica e superior e se insere em um conjunto de diretrizes, legislações e políticas públicas que regulam sua concepção e execução. As pesquisas apontam que as atuais políticas de formação

de professores têm sido marcadas por sucessivas reformas, as quais evidenciam disputas acadêmicas, econômicas e ideológicas que influenciam diretamente a formação docente, os currículos e a atuação dos professores em sala de aula.

A formação de professores não se limita ao domínio de conteúdos curriculares, mas envolve também a construção de valores éticos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, essenciais ao estabelecimento de relações saudáveis e produtivas com os alunos. Portanto, a formação docente deve ser compreendida como um processo dinâmico, contínuo e integrador, que articula conhecimento, experiência e reflexão crítica e constitui eixo central para a melhoria da qualidade educacional.

É importante destacar que a implementação de políticas de formação de professores constitui ação urgente e deve envolver discussões sobre a profissionalidade docente, de modo a contemplar diferentes dimensões, como reconhecimento social, domínio de saberes específicos, autonomia profissional e pertencimento a um corpo coletivo. Também se deve atentar aos problemas atuais, que exigem enfrentamento imediato, e aos problemas futuros, que demandam antecipação e planejamento. Entre os aspectos centrais desse debate, destacam-se a necessidade de quantidade adequada de professores para o exercício da docência, as lacunas na formação inicial, expressas no elevado número de docentes não habilitados em atuação, os desafios da formação continuada e a escassez de pesquisas voltadas à prática docente, em consonância com uma política educacional democrática e participativa.

Assim, espera-se que o presente dossiê contribua para as discussões já existentes e para aquelas que ainda se colocarão, ao fomentar processos reflexivos em torno da formação docente. Esta edição especial, intitulada *Políticas de Formação de Professores no Brasil: pontos de discussão*, reuniu, além do dossiê, artigos de demanda contínua, os quais dialogam com os eixos descritos a seguir.

- Políticas públicas de formação inicial e continuada de professores;
- Regulação, avaliação e financiamento da formação docente; Formação de professores e gestão democrática da educação;
- Relações entre políticas de formação docente e qualidade da educação;
- Trabalho docente, valorização profissional e condições de trabalho;
- Interfaces entre Estado, mercado e instituições formadoras;

- Perspectivas críticas sobre formação docente e políticas educacionais.

Boa leitura!

### Referências:

Anais de Colóquios de Políticas e Gestão da Educação, VI Colóquios de Políticas e Gestão da Educação “Políticas de Formação de Professores no Brasil”, UFSCar-So - Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba, v. 6 n. 1 (2025). Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/issue/view/45> . Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF, 2024. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category\\_slug=junho-2024&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192) . Acesso em: 20 abr. 2026.

ROSANELLI, Sandiara Daíse. Inter-relações entre ensino de história e formação docente por meio da educação histórica e da construção de identidades narrativas – Região Sul do Brasil (2016-2020). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27297> . Acesso em: 20 abr. 2026.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 14 n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2026.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Capítulo 1, páginas 31-55. Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber docente.